

Regina Neri, psicanalista, Doutora em Teoria Psicanalítica pela UFRJ, autora do livro “A psicanálise e o feminino: um horizonte da modernidade”(Civilização Brasileira).

1) Antropologia e História identificam, ao longo dos tempos, em diversas sociedades, organizações sociais baseadas na hierarquização de gêneros. Seria possível pensar uma sociedade em que esta hierarquização de gêneros não exista?

A existência da discussão sobre a hierarquização dos gêneros significa um avanço considerável, na medida que assinala a perspectiva de uma reflexão sobre a relação entre os sexos ao longo da história. A instauração desse debate aponta para a importância do deslocamento operado pelo movimento feminista na cultura: ao conquistar o direito de fazer parte da história, a mulher coloca na ordem do dia a necessidade de se fazer uma história da diferença entre os sexos.

As sucessivas conquistas da mulher ao longo do século XX, (o direito ao voto, ao estudo, ao trabalho, à independência econômica e a dispor livremente do seu corpo) operaram deslocamentos inexoráveis na sociedade no que concerne a divisão hierárquica dos papéis sociais: masculino (espaço público) versus feminino (espaço doméstico). O fato que em cem anos barreiras milenares foram rompidas indica que o que foi considerado como natural e imutável é passível de modificações.

2) Existiria uma subjetividade feminina? Pode-se responder o que é 'ser mulher'?

A interrogação acerca de uma identidade ou subjetividade feminina é uma questão recente que emerge na modernidade. Da Antiguidade até o século XVIII o masculino foi considerado pelo pensamento filosófico como princípio divino criador e prevaleceu uma concepção monista da sexualidade que postulava um único gênero, o masculino, no qual a mulher era concebida como um grau imperfeito do masculino.

O advento da democracia com o ideal de liberdade, igualdade e fraternidade exige uma nova maneira de pensar a diferença entre os sexos. Cabe aos filósofos e cientistas do Iluminismo a formulação da teoria essencialista da diferença sexual, com a construção do modelo de dois sexos essencialmente diferentes em função da natureza e da anatomia. Começa-se a se delinear um novo perfil feminino. Por sua natureza sensível, a mulher seria frágil, dependente e passiva; marcada pela paixão, pouco apta ao exercício da razão; por essência, a mulher teria uma vocação instintiva para a maternidade. O modelo essencialista da diferença sexual instaura uma dicotomia entre masculino (atividade, razão, espaço público) *versus* feminino (passividade, sensibilidade, maternidade), pela qual se introduz uma hierarquia, com o objetivo de restringir a mulher ao papel de mãe e esposa no espaço doméstico, garantindo aos homens o domínio do pensamento e do espaço público.

A célebre afirmação de S. Beauvoir “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” é um questionamento contundente da idéia de uma essência ou natureza feminina que limitaria o destino da mulher à maternidade e ao espaço privado.

Para a psicanálise a sexualidade humana não é da ordem de um instinto nem de uma essência: não nascemos, mas nos tornamos homens e mulheres. Entretanto, na teoria freudiana, o tornar-se mulher se daria pela via de superação da inveja do pênis; da abdicação da atividade em prol da passividade, para aceder a verdadeira via da feminilidade, a maternidade. Cabe se perguntar em que medida a teoria da diferença sexual psicanálise ordenada pela lógica fálica não reedita a dicotomia entre masculino (atividade, razão, espaço público) versus feminino (passividade, natureza, maternidade), atribuindo ao masculino um lugar preponderante na cultura.

3) O que representa ser mulher, hoje, no Brasil?

A situação da mulher no Brasil não me parece ser muito diferente da situação da mulher no mundo. A indicação recente da ministra Ellen Gracie para presidente do Supremo Tribunal Federal coincide com a eleição de mulheres ao cargo de chefe de Estado na Europa e América Latina. Em que pese os avanços do feminino na conquista do espaço público, a condição feminina é ainda de extrema vulnerabilidade no que diz respeito à exclusão social, à divisão de gênero do trabalho, assim como à violência sexual. Essa discriminação ocorre em escala mundial, mas adquire feições dramáticas nos países do terceiro mundo, como o Brasil.

Creio ser importante refletir sobre dois discursos que se fazem presentes de forma insistente a respeito das conquistas do feminino na sociedade, que estão virando senso comum, inclusive entre as mulheres. A ocupação de importantes cargos profissionais ou políticos pelas mulheres é quase que sistematicamente objeto de uma crítica velada ou explícita sobre o processo de “masculinização das mulheres”, discurso que revela o quanto o exercício do espaço público e do poder está ainda associado à características do gênero masculino. A esse respeito, é importante sublinhar que a particularidade da revolução feminina é o fato de se constituir como a única revolução no século XX que não usa a força das armas, não se constitui como partido político e nem tem como estratégia a tomada de poder. Se a luta pela igualdade de direitos civis foi decisiva para traçar novos destinos para a mulher que o aprisionamento no papel de mãe e esposa e não deveria ser reduzida a uma disputa com os homens pelo poder, seria importante pensar em que medida o movimento das mulheres ao se configurar como uma micro política que provocou deslocamentos importantes na sociedade poderia contribuir para pensar novas formas do exercício da política que não sejam da ordem de uma relação hierárquica de poder e de domínio

A dupla jornada de trabalho das mulheres e o aumento significativo de famílias monoparentais que estão sobre a responsabilidade das mulheres apontam para uma sobrecarga da condição feminina na gerência do espaço público e doméstico. Face tal situação que assinala que a gerência do espaço familiar não foi ainda assumida pelo masculino, assistimos a emergência de um discurso de nostalgia do tempo em que as mulheres ficavam em casa cuidando dos filhos, acompanhado de um movimento mais amplo de incitação da volta da mulher ao espaço doméstico. A esse respeito me parece significativa a declaração do Papa na sua última visita ao Brasil, conclamando o Estado a implementar políticas públicas de incentivo à volta das mulheres ao lar.

4) Políticas públicas, não somente no Brasil, mas em outras democracias representativas, são cada vez mais direcionadas a grupos identitários específicos (mulheres, negros, indivíduos GLBT, idosos). Este movimento indica uma incapacidade do Estado em prover os direitos e garantias aos cidadãos de forma universal, ou representa um aspecto positivo da política?

Políticas públicas direcionadas a grupos identitários específicos são importantes. No Brasil, a votação da lei Maria da Penha representa um avanço na luta contra a violência doméstica. O encarceramento de uma jovem de 15 anos numa cela masculina, onde foi objeto de sevícias e estupro, revela de forma dramática os limites do Estado brasileiro em garantir os direitos do cidadão de forma universal.

Ao lado da conquista de direitos dentro do “poder instituído” é importante destacar a força do “poder instituinte” exercido por movimentos sociais no sentido de promover mudanças significativas na cultura, independentes da máquina do estado. A revolução feminina me parece exemplar, na medida que não ficou restrita à luta pela igualdade de direitos civis. Uma de suas conquistas mais importantes foi a da liberdade da mulher de dispor de seu corpo, o advento da pílula contraceptiva, cuja pesquisa foi financiada por grupos feministas, possibilitando que a maternidade seja da ordem de uma escolha e não uma imposição social. Ao inaugurar novos destinos para o feminino até então limitados ao papel de mãe e esposa, essa conquista vai provocar uma profunda transformação na sociedade..

5) Como a questão de gênero está inserida na psicologia e como profissionais da área podem contribuir para a eliminação de estereótipos ?

Apesar das tradicionais representações do feminino e masculino se manterem na atualidade, as sucessivas conquistas da mulher ao longo do último século provocaram um abalo na divisão hierárquica dos papéis sociais: masculino (razão, espaço público) versus feminino (maternidade, espaço doméstico), colocando em questão a teoria essencialista da diferença sexual formulada na Modernidade.

Assistimos, nas últimas décadas, a um aumento significativo de famílias monoparentais e de composições familiares que não se estruturam mais em torno dos tradicionais modelos de paternidade e maternidade. Em alguns países da Europa, há uma forte reivindicação para que a licença maternidade seja estendida para o homem, fato que aponta para a possibilidade de novos arranjos sociais que permitam que homens e mulheres possam tanto trabalhar quanto cuidar dos filhos. A votação recente pelo parlamento espanhol da lei que permite o casamento e adoção para casais homossexuais indica novas configurações de família e de filiação.

Estariamos face ao do perigo da indiferenciação sexual ou face à construção de novas cartografias da diferença entre os sexos? Diante de uma ameaça do simbólico que levaria ao caos ou diante da possibilidade da construção de novas formas de simbólico, não mais referida à lei do pai? O surgimento de novas formas de organização da família e de relação conjugal coloca na ordem do dia o debate sobre a diferença sexual e a questão de gêneros e

se apresenta como um grande desafio para psicólogos e psicanalistas, na tarefa de acolher e refletir sobre novas formas de subjetivação, de laços sociais e de sexualidades que estão operando na contemporaneidade.